



Critérios de Pesquisa:

Período: 01/08/2025 a 31/08/2025

Assunto: "Conferências das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025" OR "COP"

Documento 1/25

15.2025.N	Sessão Ordinária - CD	06/08/2025-09:44
Publ.: DCN - 07/08/2025 - 32	Nilto Tatto-PT -SP	
	HOMENAGEM	HOMENAGEM DISCURSO

Sumário

O Deputado discursou na sessão solene do Congresso Nacional de abertura da II Cúpula Parlamentar de Mudança Climática e Transição Justa da América Latina e do Caribe, com o tema "A COP30: 33 anos depois da Cúpula da Terra, 20 anos depois do Protocolo de Quioto e 10 anos depois do Acordo de Paris". Ressaltou que o evento busca construir uma estratégia de desenvolvimento produtivo verde e superar desafios históricos da região, reforçando a necessidade de inclusão social, sustentabilidade ambiental, democracia, soberania e cooperação entre países. Recordou avanços obtidos na primeira onda de governos progressistas e alertou para retrocessos diante da ascensão da extrema Direita e do negacionismo climático. Defendeu ainda que a crise climática e a transição justa estejam no centro dos projetos de integração, citando no Brasil a criação do Pacto pela Transformação Ecológica como exemplo de coordenação entre os Três Poderes. Enfatizou também que nenhum país pode enfrentar sozinho os desafios ambientais e que a COP 30 representa oportunidade para fazer da Amazônia plataforma de integração e vanguarda da transição ecológica. Por fim, conclamou a Cúpula a ser um espaço de resistência contra coerções políticas e econômicas, em defesa da soberania e da democracia na região.

O SR. NILTO TATTO (Bloco/PT - SP. Para discursar. Sem revisão do orador.) – Bom dia a todas e todos. Aos colegas de outros países, sejam bem-vindos ao Brasil.

Quero cumprimentar o nosso Presidente, Senador Jaques Wagner, fundador do OPCC, cumprimentar o Sr. Presidente da COP 30, Embaixador André Corrêa do Lago, e o Secretário-Executivo Adjunto da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), Javier Medina Vásquez.

Quero cumprimentar cada uma e cada um aqui presente, quem está acompanhando a gente aqui pela TV Senado e as redes sociais. Bom dia a



todos e a todas.

Em primeiro lugar, eu gostaria de saudar o Presidente da sessão, Exmo. Sr. Jaques Wagner, que podemos dizer que é um dos patronos deste observatório; o Sr. Embaixador André Corrêa do Lago, que está com a missão de fazer uma das maiores conferências do clima de todos os tempos; e o Sr. Javier Medina Vásquez, Secretário-Executivo Adjunto da Cepal, na pessoa de quem eu saúdo todos os Parlamentares estrangeiros presentes neste evento.

Agradeço a escolha do Brasil como sede deste segundo evento do OPCC, tão importante para a integração do nosso continente em torno da agenda do clima.

Senhoras e senhores presentes, esta cúpula tem a finalidade de avançar na elaboração da próxima declaração conjunta do OPCC, contendo o alinhamento de posições entre Parlamentares da América Latina e do Caribe para a Conferência do Clima 30.

O documento pretende, conforme convocatória, incluir temas prioritários e pontos de convergência para uma estratégia de desenvolvimento produtivo verde e a integração regional com foco nas transições do futuro. Tudo isso a partir de um balanço crítico dos avanços, lacunas e desafios após 30 anos de esforços pela implementação da agenda global do desenvolvimento sustentável.

O propósito da cúpula é totalmente convergente com o momento histórico que o Brasil está vivendo. Com a eleição do Presidente Lula, o Brasil retomou a agenda da integração regional. Trata-se realmente de uma retomada à medida que, em seus governos anteriores, o tema da cooperação e da integração foi um eixo estratégico da política de relações exteriores do país. Um momento crucial que marcou essa opção e representou o salto para a afirmação de um projeto regional foi a realização, na Bahia, em 2008, da Cúpula da América Latina e do Caribe, sobre a integração e desenvolvimento, a Calc, e o encontro precursor da Celac (Comunidade dos Estados Latino-Americanos e do Caribe).

Na abertura do evento, Lula expressou com clareza o caráter, a necessidade e a potência da iniciativa, abro aspas:

Só superaremos os desafios à integração e ao desenvolvimento se assumirmos nossa vocação latino-americana e caribenha. Devemos fazê-lo sem espírito de confrontação com quem quer que seja. Nossa unidade deve ser entendida como contribuição para um novo mundo multipolar e multilateral. Os desafios são muitos, como mostram os temas que escolhemos para as nossas discussões: as crises financeira, energética, alimentar e ambiental. As incertezas que o mundo vive tornam mais urgente conjugarmos esforços e demonstrarmos liderança na busca de soluções inovadoras e [...] [sólidas]. Os diferentes mecanismos de integração em nossa região oferecem um sólido ponto de partida [Fecho aspas].

Dezesseis anos após, muita coisa mudou em nossa região e no mundo todo, mas os problemas e desafios de então persistem, ainda que em alguns países



com menor gravidade, tornando as palavras do Presidente Lula extremamente atuais. A primeira onda de governos progressistas que tivemos no continente, na primeira década do século XXI, promoveu transformações notáveis, retirando milhões do flagelo da fome e soerguendo da pobreza um amplo contingente populacional. Pela primeira vez, durante séculos de colonização e hegemonia dos países do centro do sistema, deixamos a condição subordinada de periferia e passamos a ter um papel de sujeitos da história, implementando projetos de desenvolvimento com soberania a partir dos interesses e necessidades de nossas sociedades.

No entanto, na década seguinte, o progressismo sofreu revezes e muitas das conquistas democráticas e populares foram revertidas ou estão ameaçadas. Estamos agora em um período de grave turbulência internacional, com a ascensão das forças da extrema direita em todas as partes.

Nos Estados Unidos, o retorno de Donald Trump – e de governos a ele alinhados em países europeus – coloca em risco as conquistas sociais do período anterior e alenta as forças negacionistas da crise climática e ambiental. Atravessamos outra vez tempos em que o pêndulo da história marca retrocessos, incertezas e desalentos, mas, como sempre foi, são também tempos de resistência, de retomadas, de rebeldia e de imaginação de um mundo melhor. Só podemos construir um novo tempo, uma nova realidade se antes esse tempo e essa realidade forem imaginados e desejados.

A cúpula, que prossegue agora em sua segunda edição, é um laboratório a céu aberto. Estamos convocados e comprometidos com a Cepal, com os Parlamentos e com o povo da América Latina e do Caribe a darmos os próximos passos rumo a um projeto de integração que nos conduza ao desenvolvimento que supere as nossas mazelas históricas, um projeto fundado em eixos estruturantes e combinados que promovam a inclusão social e a sustentabilidade ambiental, a democracia, a soberania e a integração regional.

Já estamos avançando nesse projeto, e muitas iniciativas estão em curso, envolvendo temas como meio ambiente, recursos hídricos, desastres naturais, infraestrutura e logística, interconexão energética e energias limpas, transformação digital, defesa, segurança e integração de fronteiras, combate ao crime organizado transnacional e segurança cibernética. Todos esses aspectos dialogam, mobilizam e dão sentido prático ao Observatório Parlamentar que nos congrega. Mas talvez nosso maior desafio – e a principal tarefa que temos neste momento – seja o de colocar o imperativo da crise climática ambiental e da transição justa no centro da construção e da implementação de projetos de integração da América Latina e do Caribe. É forçoso reconhecer que este horizonte de unidade estratégica e de futuro para a região ainda não está dado, exigindo maior esforço de planejamento, coordenação e mobilização no âmbito dos Governos, dos Parlamentos e da sociedade civil organizada.

Essa necessidade é também interna a cada país, e creio que temos avanços importantes a compartilhar no âmbito do OPCC. No caso brasileiro, apenas para antecipar uma das medidas que adotamos, a criação do Pacto pela



Transformação Ecológica entre os Três Poderes representa algo inovador como espaço de concertação de uma agenda comum voltada ao desenvolvimento com justiça social, ambiental e climática. O pacto foi instituído pelo decreto presidencial e dialoga com o Plano de Transformação Ecológica, com o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima e com outras ações estruturantes de transição ecológica. Como um dos representantes do Parlamento no pacto, envidarei esforços para estabelecer pontes também com o OPCC.

Temos absoluta clareza de que nenhum país da região pode enfrentar os desafios que estão postos de forma isolada. A realização da COP 30, do clima, representa uma oportunidade extraordinária, transformando a Amazônia Continental em grande plataforma de alavancagem do projeto de integração regional.

A partir da Amazônia dialogando com os seus povos e ampliando os laços de solidariedade entre os países, podemos reinventar o próprio ideário de desenvolvimento para celebrar um pacto global que faça da Amazônia vanguarda mundial do processo de transição ecológica justa que defendemos.

Neste momento de grave turbulência internacional, façamos da 2ª Cúpula Parlamentar de Mudança Climática e Transição Justa da América Latina e Caribe um espaço de resistência e resposta a toda forma de coerção política e econômica que ameaçam a soberania de nossos países e da região. Refutar as investidas autoritárias e defender a democracia é condição para uma América Latina e caribenha unida, independente, capaz de engendrar e construir o futuro que nós queremos.

Obrigado. (*Palmas.*)

Documento 2/25

15.2025.N Publ.: DCN - 07/08/2025 - 34	Sessão Ordinária - CD André Corrêa do Lago---	06/08/2025-09:56
	HOMENAGEM	HOMENAGEM DISCURSO

Sumário

O Presidente da COP 30 discursou na sessão solene do Congresso Nacional de abertura da II Cúpula Parlamentar de Mudança Climática e Transição Justa da América Latina e do Caribe, com o tema "A COP30: 33 anos depois da Cúpula da Terra, 20 anos depois do Protocolo de Quioto e 10 anos depois do Acordo de Paris". Abordou a relevância da COP 30 para a discussão sobre mudança climática e transição justa, ressaltando que o Brasil, sob a liderança do Presidente Lula, estabeleceu três prioridades principais: fortalecer o multilateralismo como expressão da democracia internacional, ampliar a compreensão das decisões da COP para a sociedade civil e setor privado, e garantir a implementação ampla das soluções climáticas envolvendo diversos



organismos internacionais. Destacou ainda a criação de quatro círculos de mobilização (com antigos presidentes das COPs, povos indígenas e minorias, ministros da Fazenda e um balanço ético global) para ampliar o debate. Explicou também o panorama histórico das negociações desde a Rio 92, passando pelo Protocolo de Quioto e o Acordo de Paris, e comentou os desafios do multilateralismo, como a saída dos EUA do Acordo. Por fim, destacou a Agenda de Ação da COP 30, que envolverá mais de 350 reuniões com atores não governamentais, e conclamou os Parlamentares a participarem ativamente dessa etapa.

O SR. ANDRÉ CORRÊA DO LAGO (Para discursar. Sem revisão do orador.) – Bom dia a todos.

Senador Jaques Wagner, realmente é uma grande honra estar aqui neste evento com o senhor e com o Deputado Nilto Tatto, dois Parlamentares que têm um histórico extraordinário nessa área. E queria cumprimentar também o Secretário-Executivo Adjunto da Cepal, Javier Medina Vázquez; cumprimentar os Embaixadores aqui presentes; os Parlamentares brasileiros; os Parlamentares estrangeiros; e uma palavra especial para os Parlamentares da Índia, uma vez que eu fui Embaixador do Brasil na Índia e foram alguns dos anos mais felizes da minha vida.

Eu gostaria de comentar, antes de mais nada, o quanto o título desta reunião é absolutamente adequado para o momento da COP 30: Mudança Climática e Transição Justa. As discussões sobre transição justa são provavelmente as negociações mais delicadas e mais importantes que vai ter a COP 30, porque nós conhecemos os desafios da mudança do clima já há bastante tempo, sabemos cada vez melhor, mas tudo vai residir em como nós podemos conquistar a todos nessa agenda pela transição justa, porque, se não for uma transição justa, na Europa os eleitores estão votando para aqueles que criticam o aumento do preço da energia; nos nossos países em desenvolvimento, a eliminação de certas atividades que criam desemprego.

Nós não podemos deixar que a agenda de mudança do clima seja interpretada de forma completamente inadequada, de que essa agenda é uma agenda negativa do ponto de vista social. Essa é uma agenda que tem que estar sempre ligada ao desenvolvimento, tem que estar ligada ao crescimento, tem que estar ligada à criação de emprego e à melhora de vida das populações.

Nesse contexto, o Brasil, sob a liderança do Presidente Lula, está procurando se concentrar em três grandes prioridades na COP.

A primeira, que já foi mencionada pelo Senador, é o fortalecimento do multilateralismo. O fortalecimento do multilateralismo, na verdade, é o fortalecimento da democracia, porque o multilateralismo é a democracia internacional. Portanto, essa prioridade do Presidente é absolutamente a número um.



Nós queremos também assegurar que haja uma melhor compreensão do que essas COPs aprovam, das decisões que são tomadas e do impacto que isso pode ter na vida das pessoas. Então, esta é uma segunda prioridade muito grande: traduzir para a população, para a sociedade civil, para o setor privado, para os entes subnacionais o que essas COPs trazem para as populações.

E a terceira dimensão, em que o Presidente Lula também insiste muito, é o quanto nós temos que ampliar as soluções para o clima, muito além da própria negociação da COP. Nós temos que envolver todas as organizações – inclusive estamos hoje justamente nesse contexto –, nós temos que envolver todos na implementação, porque todos os nossos países concordam que o local correto para as negociações é a convenção do clima e o Acordo de Paris. No entanto, uma vez as decisões tomadas, a implementação tem que ser coordenada, tem que ser realizada por muitos mais organismos internacionais, por muito mais estruturas do que uma estrutura que foi imaginada para a negociação. Por isso, temos que envolver os bancos multilaterais, temos que envolver os demais organismos internacionais, porque, se nós acreditamos na ciência, e este Governo definitivamente acredita na ciência, nós temos poucos anos para realizar aquilo que temos que realizar.

E, para preparar essa COP 30 e para cumprir com esse mandato que o Brasil recebeu, nós estamos, primeiro, numa fase de mobilização... E eu agradeço a sua menção à questão do mutirão, porque nós estamos procurando envolver o maior número possível de pessoas e de atores nesse esforço de preparação da COP 30. Então, esse período de mobilização levou a que a Presidência da COP 30 criasse quatro círculos que estão expandindo essa discussão da mudança do clima.

Um dos círculos, o primeiro, é o círculo dos Presidentes de COPs, ou seja, os Presidentes das últimas COPs, desde a COP de Paris. E pedimos ao Presidente da COP de Paris, que é o Laurent Fabius, para ser o Presidente desse círculo.

Depois nós temos o círculo dos povos, porque, como foi mencionado aqui também, é extremamente importante que nós possamos envolver vários grupos que já foram muito marginalizados na evolução da economia e da política mundial, como os povos indígenas, como os afrodescendentes e outras minorias na preparação da COP. Esse círculo de povos está sendo coordenado pela Ministra Sonia Guajajara, que é a primeira Ministra dos Povos Indígenas do Brasil, graças ao Presidente Lula.

Um terceiro círculo é o círculo de ministros da Fazenda, que está sendo coordenado pelo nosso Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e são mais de 30 ministros da Fazenda, que estão trabalhando, e estão trabalhando porque há uma conscientização, sobretudo depois da presidência brasileira do G20, do quanto é importante que as soluções, as decisões das COPs se transformem depois em algo que envolva todos os governos, o governo como um todo, em todos os países, e não que fique uma coisa de nicho, que as pessoas imaginem que só o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima é que está encarregado disso. Não. Os ministérios da Fazenda dão esse sentido mais geral



para os governos, e por isso o envolvimento dos ministérios da Fazenda é também uma outra inovação da Presidência brasileira.

E, por fim, nós estamos também tendo um círculo de um balanço ético global, esse coordenado pela Ministra Marina Silva, com um grande apoio do Presidente Lula e do Secretário-Geral Guterres, diretamente envolvidos nisso, e é uma ideia da Ministra de que nós temos que consultar a sociedade como um todo, desde líderes regionais, líderes locais, mas também líderes intelectuais, religiosos, porque a evolução da mudança do clima está indo muito mais rápido do que se esperava, e nós temos que preparar o mundo para um tipo de mudança que talvez vá requerer novos pensamentos. Esse é o quarto círculo que foi criado.

E, com base nisso também, com base nesse desejo de a COP 30 ser muito mais, envolver muito mais a sociedade, nós criamos uma série de enviados especiais, brasileiros e estrangeiros, que estão ajudando a acelerar esse mutirão e criando uma ponte direta entre a Presidência e os mais diversos setores da sociedade.

Eu gostaria de comentar os temas que foram levantados para esta sessão que eu achei particularmente felizes e que estão ligados ao início desse processo no Rio de Janeiro, em 1992, na Cúpula da Terra, na Rio 92. O que é que aconteceu desde então? Porque, muitas vezes, muitas pessoas acham que, poxa, a gente está há 33 anos negociando isso. Como é que evoluiu? Como é que nós ainda estamos negociando? E ninguém entende isso melhor do que os Parlamentares, porque nós temos um processo, e é um processo que vai exigindo constantes aperfeiçoamentos. E, além do mais, no caso da mudança do clima, houve uma grande evolução da ciência e houve uma grande evolução também do pensamento econômico sobre o impacto da mudança do clima e os impactos políticos, que já foram mencionados aqui também.

Então, as COPs, anualmente, aperfeiçoam esse processo e criam uma legislação que, como foi mencionado aqui, é internalizada nos países e orienta os países a uma direção que, antes de mais nada, é baseada na ciência.

Desde o Rio, em 1992, a ideia seria de que, cada vez mais, nós deveríamos acentuar essa responsabilidade histórica dos países envolvidos e as necessidades dos países em desenvolvimento. Por isso foi criado o Protocolo de Quioto, 20 anos atrás, para fortalecer as principais ideias da Convenção do Clima, que tinha sido assinada no Rio.

E, apesar de ter sido negociado com os Estados Unidos, o Protocolo de Quioto acabou não sendo ratificado pelo Senado americano, e houve já um enfraquecimento no nascimento do Protocolo de Quioto, mas o Protocolo de Quioto foi um instrumento absolutamente essencial para os primeiros grandes esforços para o combate à mudança do clima, inclusive com ideias muito inovadoras, como o próprio mecanismo de mercado de carbono, o MDL, que nasce de uma ideia desenvolvida pelos Estados Unidos e pelo Brasil. Mas, infelizmente, o Senado americano não ratificou, e a ausência dos Estados



Unidos nessas negociações teve um impacto muito grande.

E, anos depois, decidiu-se desenvolver o Acordo de Paris, que foi pensado para a volta dos Estados Unidos às negociações de clima, o que aconteceu dez anos atrás, mas que está sendo interrompido agora, como se sabe, porque o Governo Trump já anunciou que está se retirando do Acordo de Paris.

Então, o multilateralismo climático tem encontrado soluções, mas também tem enfrentado significativos desafios, e nós acreditamos que a COP 30 vai ser uma ocasião muito particular de nós podermos ajustar a melhor maneira de usar esses instrumentos, e a melhor maneira de usar esses instrumentos é a ação, é a implementação, porque nós já temos 30 anos acumulados de legislação internacional, internalizada no nosso país, a qual nós podemos, portanto, usar como guia.

Então, a COP vai ter uma cúpula de líderes e depois vai seguir com 10 dias, 11 dias de negociações intensas para grandes temas, inclusive o de transição justa, e também vai ter, em paralelo, dentro do mesmo espaço das Nações Unidas, que eu chamo a Zona Azul, a Agenda de Ação, e essa agenda de ação que o Brasil está propondo também é muito inovadora.

A Agenda de Ação já existe desde Paris, mas a Agenda de Ação que nós estamos propondo é muito densa e vai assegurar mais de 350 reuniões com os atores que não negociam, porque quem negocia são os países. Então, na agenda de ação, quem vem para a COP são os governos subnacionais, é o setor privado, é a sociedade civil, são os líderes na tecnologia, é a academia, e, com base nessas discussões, nós vamos mostrar que existem já imensas respostas e soluções para vários dos desafios que nós temos que enfrentar.

Portanto, a agenda de ação deve dar um dinamismo extraordinário à COP e vai permitir que o setor privado, os governos subnacionais e os demais membros da sociedade civil possam contribuir de maneira incrível, porque já poderão usar, de maneira muito clara, o que já foi aprovado, e a base da agenda de ação é o balanço geral do Acordo de Paris, que foi assinado e aceito por consenso em Dubai.

Então, convido a todos também e eu acho que os Parlamentares têm um papel absolutamente essencial nessa agenda de ação. Nós contamos, portanto, com uma atuação muito sólida dos Parlamentares também na agenda de ação.

Então, ao agradecer esse convite para estar aqui, só queria reiterar a importância da presença em Belém, uma cidade incrível, com uma história extraordinária, e que vai nos receber em novembro, em pleno coração da Amazônia.

Muitíssimo obrigado. (*Palmas.*)



15.2025.N	Sessão Ordinária - CD	06/08/2025-10:14
Publ.: DCN - 07/08/2025 - 37	Javier Medina Vásquez---	---
	HOMENAGEM	HOMENAGEM
		DISCURSO

Sumário

O Secretário-Executivo Adjunto da Cepal discursou na sessão solene do Congresso Nacional de abertura da II Cúpula Parlamentar de Mudança Climática e Transição Justa da América Latina e do Caribe, com o tema "A COP30: 33 anos depois da Cúpula da Terra, 20 anos depois do Protocolo de Quioto e 10 anos depois do Acordo de Paris". Destacou a relevância do evento realizado no Congresso Nacional, a menos de cem dias da COP 30, que será sediada em Belém. Ressaltou a liderança do Senador Jaques Wagner e do Deputado Nilto Tatto na criação do Observatório Parlamentar de Mudanças Climáticas e Transição Justa (OPCC), que já reúne legisladores de mais de 15 países e promove a cooperação interparlamentar na região. Fez ainda um panorama histórico das negociações climáticas, desde a Rio 92 até o Acordo de Paris, e enfatizou o papel dos Parlamentos na construção de consensos para enfrentar a crise climática e promover uma transição justa. Destacou também o potencial da América Latina e Caribe para o desenvolvimento de tecnologias verdes e cadeias produtivas sustentáveis, além da importância da integração regional e do multilateralismo para acelerar a implementação do Acordo de Paris. Por fim, convocou os Parlamentares a fortalecerem sua atuação coletiva para garantir avanços significativos na COP 30 e reafirmou o compromisso da Cepal com essa agenda.

O SR. JAVIER MEDINA VÁSQUEZ (Para discursar. Sem revisão do orador. *Tradução simultânea.*) – Bom dia, senhoras e senhores.

Em nome do nosso Secretário-Executivo José Manuel Salazar-Xirinachs, eu gostaria de começar aqui cumprimentando a nossa Segunda Cúpula Parlamentar de Mudança Climática e Transição Justa da América Latina e do Caribe; S. Exa., Davi Alcolumbre, Presidente do Senado Federal do Brasil; S. Exa., Jaques Wagner, Senador do Brasil; S. Exa., Nilto Tatto, Deputado Federal do Brasil.

Muito obrigado pela iniciativa de acolher a Segunda Cúpula Parlamentar de Mudança Climática e Transição Justa da América Latina e do Caribe no Congresso Nacional do Brasil e por sua liderança ao criar esse espaço para fortalecer o papel dos legisladores na agenda climática internacional.

É uma honra da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e do Observatório Parlamentar de Mudanças Climáticas e Transição Justa (OPCC) correalizar esta cúpula no Congresso Nacional do Brasil, a menos de cem dias de realizar-se a 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (COP 30) em Belém do



Pará, do Brasil.

Eu também gostaria de saudar de forma muito calorosa S. Exa., o Embaixador André Corrêa do Lago, Presidente da COP 30.

Embaixador, é uma honra contar com a sua presença nesta sessão solene em que nós inauguramos esta cúpula, com uma reflexão: "A COP30: 33 anos depois da Cúpula da Terra, 20 anos depois do Protocolo de Quioto e 10 anos depois do Acordo de Paris".

Também gostaria de saudar e reconhecer os líderes parlamentares da América Latina e do Caribe presentes aqui hoje, do Brasil, Argentina, Belize, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, Guatemala, Ilhas Virgens Britânicas, México, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Trinidad e Tobago, Uruguai e também Índia.

Cumprimento também a Coordenadora das Nações Unidas no Brasil, Sra. Silvia Rucks, e na sua pessoa saúdo todos os representantes do sistema aqui presentes.

Gostaria de também reconhecer a presença e apoio para a realização desta cúpula à Open Society Foundations, Plataforma Cipó, Clima de Eleição e Climate Parliament.

Estimadas autoridades, senhoras e senhores, esta reunião não poderia acontecer em um lugar mais oportuno e melhor que o Brasil. Foi daqui, do Senado Federal do Brasil, que, em 2021, surgiu a concepção, por iniciativa do Senador Jaques Wagner, de criar um observatório para fortalecer a cooperação interparlamentar sobre mudança climática e transição justa.

À liderança do Senador Wagner no Senado se somou o Deputado Nilto Tatto, da Câmara, e a proposta do Brasil rapidamente encontrou apoio em diversos países da região.

Na Cepal, nos compraz ver este observatório feito realidade.

Atualmente, Parlamentares de mais de 15 países da América Latina e do Caribe formam parte do OPCC, que esperamos que continue crescendo e prosperando no futuro.

O Monitor de Dados Legislativos do OPCC reúne e disponibiliza, em formato interativo, moderno e gratuito, dados de mais de 2 mil leis ambientais e mais de 500 projetos de lei que estão sendo discutidos atualmente nos Parlamentos de 28 países da região. Além disso, a OPCC convocou legisladores de todo o mundo na defesa da ambição climática e da transição justa, incluindo o chamado global por um desenvolvimento produtivo verde, lançado na COP 29, em Baku.

É uma honra para nós, na Cepal, abrigar o Monitor Legislativo da OPCC e



facilitar as atividades do observatório, que nasceu, portanto, a partir da visão e liderança do Brasil e da América Latina e do Caribe.

O OPCC é simbólico do protagonismo que o Brasil e a região têm exercido na conformação e avanço da agenda climática multilateral.

Também está em vigor, desde 2021, na região, o Acordo de Escazú, que é o Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Assuntos Ambientais na América Latina e no Caribe. É uma conquista histórica para a região, já que não só é o primeiro acordo ambiental na América Latina e no Caribe, mas também o primeiro tratado internacional que inclui disposições para a promoção e proteção dos direitos humanos dos defensores do meio ambiente.

Até o momento, o tratado já conta com 18 Estados-Partes, e esperamos que o Brasil se converta logo em Estado-Parte, com a realização da COP 30, dado que teve um papel muito importante no processo de negociação, inclusive hospedando uma das rodadas de negociação aqui em Brasília.

Lembro também que, em 1992, no Rio de Janeiro, o Brasil albergou a Cúpula da Terra, que estabeleceu mecanismos multilaterais que continuam sendo os principais espaços de coordenação internacional em matéria de sustentabilidade, incluindo a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas e a Convenção sobre Diversidade Biológica. Vinte anos depois, a Rio+20 assentou as bases da construção da Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Temos também uma grande honra de estar aqui, na sessão solene, na presença de um personagem de um histórico vivo do multilateralismo climático global e da influência construtiva da região, o Embaixador André Corrêa do Lago, que participou de momentos históricos como a Cúpula da Terra e que lidera, em sua função de Presidente, a função de Presidente da COP 30.

Hoje em dia, ao inaugurar esta reunião, às vésperas da COP 30, devemos lembrar e comemorar a capacidade que possuem os países da região de construir consensos, de acordar soluções para enfrentarmos as crises climáticas, que serão imprescindíveis num contexto internacional complexo, caracterizado por uma nova era da globalização e da geopolítica.

Segundo nós expomos na Cepal também, os países da América Latina e Caribe estão enfrentando uma crise do desenvolvimento, constituída por três pontos que se reforçam mutuamente e que podem levar a uma nova década perdida. Eu me refiro à capacidade para crescer; às situações inócuas e aos baixos níveis de mobilidade; e também às incapacidades institucionais frágeis e à governança pouco efetiva. O Poder Legislativo pode contribuir decisivamente para romper essas situações de desenvolvimento e avançar sobre um futuro mais produtivo, inclusive mais sustentável entre as regiões, e materiais.

Assinalamos também que a agenda das transformações necessárias não será



possível sem uma democracia mais participativa, transparente também, em que a cidadania participe ativamente da construção de futura humanidade, sem deixar ninguém para trás. Este é um momento em que a esperança e o compromisso devem vencer a fragmentação, a desconfiança, que frearam as conquistas e a mudança climática.

Se se somar o Brasil também a um mutirão global contra a mudança climática, os legisladores da América Latina e Caribe aportam suas habilidades de articulação e diálogo social para a conquista dos consensos, de conectar a agenda política climática na vida real dos cidadãos, de formulações, de marcos legislativos efetivos e exercer o controle legislador para fortalecer a sinergia entre os povos, em nível regional e internacional, fortalecendo o multilateralismo e o regime diplomático global e contribuindo em acelerar a implementação do Acordo de Paris.

Excelências, senhoras e senhores, o momento deste evento de hoje é sumamente oportuno. Lideranças mundiais se reunirão no Brasil, em novembro, enfrentando uma oportunidade histórica para transformar os estilos de desenvolvimento em um futuro mais produtivo, inclusivo e sustentável.

A liderança de S. Exas., Parlamentares de toda a América Latina e Caribe, na II Cúpula Parlamentar de Mudança Climática e Transição Justa da América Latina e do Caribe promoverá a discussão sobre como apoiar o avanço da agenda de ação – basta as propriedades da Presidência brasileira para a COP 30 – e consolidar uma voz regional comum frente à crise climática global.

Vinte anos após o Protocolo de Quioto, que marcou os primeiros compromissos climáticos internacionais legalmente veiculados, e dez anos após o Acordo de Paris, 2025 marca o ano em que se realizará uma COP no Hemisfério Sul. O ângulo único da missão do sul permite aumentar a compreensão da importância de temas centrais para o tema global, tal qual assinala a Carta da Presidência da COP 30: só se pode ver o Cruzeiro do Sul do Hemisfério Sul.

Nesse sentido, a transição climática não deve ser vista das transformações institucionais, socioeconômicas e estruturais.

A COP 30 pode ser uma oportunidade para reconhecer o potencial dos países da América Latina e do Caribe, que podem ser atores importantes na produção de tecnologias e soluções de carvão sustentáveis, não só entre eles mesmos em nível nacional, senhores, também entre eles em nível regional e em nível mundial também ou global.

O desenvolvimento produtivo de cadeias de valor verde e a integração regional são pontos importantes para que a região possa mostrar seu potencial, de modo que investimentos necessários para a mitigação e a adaptação se materializem na criação de postos de trabalho, momentos, ingressos, que contribuem para uma transição justa, economia sustentável e melhor posicionada de Parlamentares da América Latina e do Caribe e da OPCC, representados hoje



nesta reunião, que demonstram o potencial para a liderança da região entre essas informações emergenciais e estruturais.

A OPCC apresenta uma via de diálogo e cooperação interparlamentar ante problemas, desafios que estão transcendendo os espaços fronteiriços. Para o Cepal, é importante apoiar a OPCC, que constitui um espaço de intercâmbio entre pares, uma plataforma para que os Parlamentares da região expressem sua voz em comum diante dos desafios globais e um fórum para identificar, construir ações comuns para a cooperação e civilizá-los às políticas de boas práticas dos países representados no observatório.

A Carta de Apoio à Presidência da COP 30, que se entrega hoje ao Presidente da COP 30, confirma que a assinatura de 37 Parlamentares é uma expressão do compromisso de liderança dos Parlamentares da América Latina e do Caribe para consolidar o legado compartilhado, incluindo também a multilateralização climática e o balanço mundial entre procurarmos a inovação necessária para responder à crise climática desde uma perspectiva de ação e...

A Cepal, assim, reafirma sua disponibilidade de compromisso para continuar o trabalho em colaboração e aliança com os países da América Latina e o Caribe.

Eu desejo a todas e a todos uma excelente reunião e espero que, com o espírito do mutirão global, possamos juntos conseguir resultados importantes, efetivos em fóruns-chave como a COP 30.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Documento 4/25

15.2025.N	Sessão Ordinária - CD	06/08/2025-10:32
Publ.: DCN - 07/08/2025 - 41	Nilto Tatto-PT -SP	
	HOMENAGEM	HOMENAGEM
		DISCURSO

Sumário

O Deputado durante a sessão solene do Congresso Nacional de abertura da II Cúpula Parlamentar de Mudança Climática e Transição Justa da América Latina e do Caribe, com o tema "A COP30: 33 anos depois da Cúpula da Terra, 20 anos depois do Protocolo de Quioto e 10 anos depois do Acordo de Paris", fez a leitura da carta que seria entregue ao Embaixador André Corrêa Aranha do Lago, Presidente da COP 30.

O SR. NILTO TATTO (Bloco/PT - SP. Sem revisão do orador.) – Carta Parlamentar em apoio à Presidência brasileira na COP 30.



Brasília, 6 de agosto de 2025.

A V. Exa., Embaixador André Corrêa Aranha do Lago, Presidente da COP 30.

Nós, Parlamentares da América Latina, Caribe e Índia, participantes e colaboradores do Observatório Parlamentar de Mudança Climática e Transição Justa (OPCC), expressamos nosso firme apoio à realização da 30^a Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30), no Brasil, bem como à liderança brasileira na Presidência da conferência.

A COP 30 será realizada em novembro de 2025, na cidade de Belém, no Estado do Pará. Esta será a primeira vez que uma conferência das partes acontecerá na Amazônia, bioma fundamental para o equilíbrio climático global e símbolo dos desafios, mas também das soluções para uma transição ecológica justa.

A escolha de Belém é estratégica, ao colocar em evidência os povos originários, as comunidades tradicionais e os grupos mais vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas.

Nesse sentido, reconhecemos a importância de que as negociações da 30^a edição da COP priorizem um modelo de desenvolvimento que harmonize justiça social e sustentabilidade, com especial atenção às necessidades e realidades do Sul Global.

Cientes dos desafios geopolíticos, socioeconômicos e ambientais que vivemos, confiamos que a COP 30 tem o potencial de marcar um ponto de virada, fortalecendo a confiança internacional nos mecanismos multilaterais de negociação e implementação de acordos e tratados internacionais, impulsionando transformações estruturais e renovando o compromisso com a justiça climática como eixo de um novo modelo de desenvolvimento socioeconômico.

Por isso, apresentamos nosso endosso à realização da tão necessária e urgente conferência das partes no Brasil, celebrando a oportunidade de nosso país reassumir um papel de liderança global na luta contra a crise climática.

O papel dos legisladores no enfrentamento da crise climática é essencial para transformar compromissos e metas internacionais em ações concretas, legítimas e sustentáveis, por meio de leis e normas no âmbito nacional e subnacional. Como representantes eleitos de nossos cidadãos, temos a responsabilidade de legislar, fiscalizar e debater soluções que promovam o desenvolvimento produtivo e sustentável, a proteção dos ecossistemas e os direitos das populações mais vulneráveis.

Cabe-nos assegurar a coerência e articulação das políticas públicas, aprovar marcos legais ambiciosos e assegurar que os compromissos climáticos internacionais sejam incorporados de forma eficaz na legislação nacional e



subnacional. Entendemos como muito oportuno o momento de uma COP guiada pelo Cruzeiro do Sul, isto é, pela luz que emerge do Sul do globo.

A Presidência brasileira da COP 30 representa uma oportunidade histórica para dar voz aos países latino-americanos e caribenhos, enfim, de todo o Sul Global, nas negociações internacionais sobre o clima, fortalecendo uma perspectiva que valorize a diversidade de realidades, saberes e soluções do Sul Global. Nossos países, em territórios, compartilham desafios estruturais comuns, como o enfrentamento da pobreza, das desigualdades e da degradação ambiental.

Reconhecemos que a agenda climática precisa estar no centro de uma estratégia de desenvolvimento que integre a região e seja sustentável, justa e inclusiva. Acreditamos que a COP 30 deva ser uma plataforma para fortalecer a voz dos Parlamentares da América Latina, do Caribe e no debate global sobre mudança do clima.

Neste momento, é preciso demonstrar que a nossa região está comprometida com a implementação do Acordo de Paris, com o financiamento climático adequado aos desafios, com a promoção de uma transição energética justa e com o combate às desigualdades sociais que agravam a vulnerabilidade climática.

Nesse sentido, compreendendo a crescente centralidade dos Parlamentos na implementação e fiscalização dos compromissos climáticos, já reconhecida pelo Acordo de Paris, e contando com iniciativas que reforçam, aproveitamos a oportunidade para requerer a formalização de uma Constituinte Parlamentar, enquanto grupo temático oficializado pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática.

Respondendo então à convocação da Presidência brasileira da COP, nós, Parlamentares, nos unimos ao mutirão global, apoiando essa mobilização-ação que integra diferentes vozes, territórios e experiências de enfrentamento da crise climática.

Desta forma, reafirmando nosso compromisso com uma transição justa e sustentável, e nos engajando ativamente na construção coletiva da moldura global do mutirão, temos a honra de realizar a 2ª Cúpula Parlamentar de Mudança Climática e Transição Justa, nos dias 6 e 7 de agosto de 2025, em Belém, organizada pelo Observatório Parlamentar de Mudança Climática e Transição Justa, o OPCC, pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal do Brasil.

O propósito desta reunião de legisladores na região da América Latina e Caribe é debater prioridades legislativas rumo à COP 30, e manifestar nossas visões e compromissos com vistas à agenda de implementação proposta pela Presidência da COP 30.

Sabemos que a construção de soluções duradouras e eficazes para a crise climática passa pela união de esforços e pelo diálogo entre instituições



democráticas.

Confiamos, então, que a COP 30 pode e deve ser um marco para a ação coordenada dos Parlamentos latino-americanos, caribenhos, enfim, também de outros parceiros do Sul Global, em favor de um futuro comum de nossas sociedades.

Com a nossa elevada consideração e o nosso apoio, vamos entregar esta carta, então, assinada aqui por já um conjunto grande de Parlamentares, boa parte aqui presentes, e, evidentemente, acrescentar assinaturas, se porventura algum Parlamentar aqui não tenha assinado.

Obrigado. (*Palmas.*) (*Pausa.*)

Documento 5/25

146.2025

Sessão Ordinária - 12/08/2025-20:08
CD

Publ.: DCD - 13/08/2025 -
176

Cabo Gilberto Silva-PL -PB

ENCAMINHAMENTO
ORDEM DO DIA VOTAÇÃO DE
DISCURSO

Sumário

O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência para a Mensagem do Poder Executivo (MSC) nº 914, de 2025, que submete à Consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, do Protocolo de Quioto e do Acordo de Paris sobre a Trigésima Sessão da Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a Vigésima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Protocolo de Quioto, a Sétima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Acordo de Paris, das Sessões dos Órgãos Subsidiários e Outras Reuniões da UNFCCC, também chamado de Acordo de Sede da COP30, assinado em Bonn, Alemanha, em 20 de junho de 2025. Ademais, criticou a realização da COP 30 no Pará, acusando o Governo Lula de promover gastos excessivos e sem licitação, como o contrato de 478 milhões de reais com órgão internacional e a previsão de 250 milhões para infraestrutura temporária. Ressaltou também que os custos já se aproximavam de 1 bilhão, com risco de aditivos que poderiam elevar o valor em mais 60%. Além disso, afirmou que o Governo havia reservado 1 bilhão no orçamento federal e apontou no Portal da Transparência mais 2,7 bilhões destinados a obras. Denunciou ainda preços abusivos, déficit de hospedagem e ausência de condições mínimas de infraestrutura, comparando a COP 30 ao legado de obras inacabadas da Copa do Mundo e das Olimpíadas realizadas nos Governos petistas. Por fim,



qualificou como vergonha o Brasil sediar o evento sob o Governo Lula.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (Bloco/PL - PB. Sem revisão do orador.) - Senhores, por que eu fiz a inscrição para falar contra a matéria? Vejam só: eu escuto a opinião dos Parlamentares do Estado do Pará, e esta COP 30, Sr. Presidente, está literalmente acabando com o Estado do Pará. Eu vou provar aos senhores por quê.

Vejam só, trata-se de contrato de 478 milhões e 300 mil reais sem licitação: *"Governo contrata órgão internacional por quase R\$ 500 milhões para a COP30"*. Os senhores estão vendo o que está acontecendo lá. Onde o PT coloca a mão é desastre e destruição. E não sou eu quem está dizendo, não, é a população do Estado do Pará.

Vamos lá, pessoal: infraestrutura temporária, 250 milhões de reais. Já está em quase quanto? Em quase 1 bilhão de reais, pessoal — vai vendo aí! *"Estrutura da COP30 custará R\$ 250 mi e obras devem..."* As obras devem ser encerradas o mais rápido possível, lembrando que é sem licitação, Deputado Pr. Marco Feliciano, do jeito que a petezada gosta, Deputada Bia.

Risco de aumento de mais 60%. Isto aqui é o quê, pessoal? Os aditivinhos, aqueles aditivinhos que vocês já conhecem. Quando não termina com um valor específico, há os aditivinhos que a petezada e o Governo Lula adoram, para envergonhar mais uma vez o Brasil, interna e internacionalmente falando, sem contar os preços, que estão totalmente abusivos. É uma vergonha o Brasil sediar a COP 30 sem ter as mínimas condições, principalmente com um descondenado à frente da Presidência da República, envergonhando a Nação brasileira.

Sobre o orçamento federal reservado, pessoal, eu falei que foram 750 milhões até agora. Mas sabe quanto o Governo Lula já deixou reservado, Deputado Delegado Caveira, V.Exa. que é do Estado do Pará? Deixou 1 bilhão de reais, amigo — 1 bilhão de reais! O Governo Lula é sabido, rapaz! Foi 1 bilhão de reais que o Governo Lula deixou.

Mas não acabou, não. Calma!

Sr. Presidente, peço só mais 30 segundos. Por favor! Sr. Presidente, é importante. Peço só mais 30 segundos.

Portal da Transparência: fora o valor de 1 bilhão que ele deixou reservado, só de obras, há mais 2,7 bilhões de reais do povo brasileiro.

Sr. Presidente, peço só mais 30 segundos. Por favor! Eu encerro em 30 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Veras. Bloco/PT - PE) - Peço que conclua,



Deputado.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (Bloco/PL - PB) - Hospedagem cara e déficit de leitos. Como é que o Governo quer patrocinar um evento dessa magnitude sem ter as mínimas condições de infraestrutura? Ajude-me, descondenado Lula!

Pessoal, essas são provas concretas do que o Governo vai fazer. Será igual à Copa e às Olimpíadas no Governo Dilma Rousseff, um caos. Até hoje as obras não terminaram.

É uma vergonha o Governo Lula no comando da Nação brasileira!

Obrigado, Presidente.

Documento 6/25

146.2025	Sessão Ordinária - CD	12/08/2025-20:12
Publ.: DCD - 13/08/2025 - 178	Bia Kicis-PL -DF	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para a Mensagem do Poder Executivo (MSC) nº 914, de 2025, que submete à Consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, do Protocolo de Quioto e do Acordo de Paris sobre a Trigésima Sessão da Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a Vigésima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Protocolo de Quioto, a Sétima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Acordo de Paris, das Sessões dos Órgãos Subsidiários e Outras Reuniões da UNFCCC, também chamado de Acordo de Sede da COP30, assinado em Bonn, Alemanha, em 20 de junho de 2025. Ademais, denunciou que 25 países já teriam recusado participação na COP 30 em razão de fraudes, desvios e gastos abusivos, estimados em mais de 2,8 bilhões de reais. Além disso, condenou o desmatamento em curso no País, qualificando a situação como exemplo da incapacidade administrativa do Partido dos Trabalhadores (PT). Por fim, acusou o Governo Lula de destruir a economia nacional e declarou que a realização da COP simbolizava o caos, a roubalheira e o desgoverno instalados no Brasil.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PL orienta o voto "não" realmente a esse requerimento de urgência, a essa

mensagem. A gente está assistindo, Sr. Presidente, a 25 países dizerem que não vão participar da COP aqui, diante da fraude, do roubo, do desvio, do absurdo escancarado. Os gastos estão estimados em mais de 2,8 bilhões de reais. Há apartamentinhos sendo oferecidos por preço de hotel cinco estrelas na Suíça.

E o desmatamento? Quantos campos de futebol já foram desmatados? Quer dizer, é uma hipocrisia muito grande, é muito absurdo! Mas isso é o PT, isso é o desgoverno Lula, isso é o que eles sabem fazer. Dizem que, quando a Esquerda se propõe a concorrer a uma eleição, tudo o que ela pode fazer, tudo o que ela promete é destruir a economia. E, quando ganha, ela consegue isso, ela consegue destruir o País. Realmente nós estamos assistindo à destruição do País. A COP é só um exemplo do grande estrago, da roubalheira e do caos que eles promovem no Brasil.

O voto é "não".

Documento 7/25

146.2025 Sessão Ordinária - CD 12/08/2025-20:16
Publ.: DCD - 13/08/2025 - 180 Luiz Lima-NOVO -RJ
ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para a Mensagem do Poder Executivo (MSC) nº 914, de 2025, que submete à Consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, do Protocolo de Quioto e do Acordo de Paris sobre a Trigésima Sessão da Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a Vigésima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Protocolo de Quioto, a Sétima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Acordo de Paris, das Sessões dos Órgãos Subsidiários e Outras Reuniões da UNFCCC, também chamado de Acordo de Sede da COP30, assinado em Bonn, Alemanha, em 20 de junho de 2025. Ademais, criticou a desorganização na preparação da COP 30 em Belém (PA), qualificando-a como irresponsabilidade com os recursos públicos e ressaltando que vinte e cinco países já haviam cancelado a participação. Ao final, acusou o Governo do Partido dos Trabalhadores (PT) de promover desordem e desperdício, sustentando que os investimentos feitos não trariam retorno adequado ao País.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Carlos Veras, o Partido Novo orienta o voto "não".



E eu, pessoalmente, gostaria de dizer aqui o quanto gosto da cidade de Belém, do Clube do Remo, do Paysandu, do Hotel Grão Pará, antigo, onde tive a oportunidade de me hospedar com meus pais.

Agora, organização deficitária é uma irresponsabilidade com os recursos públicos. Qualquer dinheiro investido hoje em Belém, infelizmente, não vai ter o retorno devido. Vinte e cinco países cancelaram a participação. E hoje a Áustria também cancelou sua participação na COP 30.

Tive a oportunidade de conhecer a Áustria. participei de um mundial de natação em Viena, conheci Innsbruck, Salzburg. Em 1997, a gente escolhia o hotel na beira da estrada, chegando próximo ao hotel.

Eu fico pensando: o austríaco tem dinheiro, é um país rico. Para eles cancelarem a participação, é porque, realmente, a coisa aqui no Brasil reflete muito bem a desorganização e a irresponsabilidade do desgoverno do PT.

O Partido Novo é "não".

Documento 8/25

149.2025 Sessão Ordinária - CD 13/08/2025-14:48
Publ.: DCD - 14/08/2025 - Fernanda Pessoa-UNIÃO -CE
60 BREVES BREVES
COMUNICAÇÕES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

A Deputada criticou os preços abusivos de hospedagem e logística para a COP 30, em Belém do Pará. Apontou que diárias simples, normalmente de R\$ 300 a R\$ 400, foram anunciadas por mais de R\$ 4 mil, enquanto imóveis que valem até R\$ 200 mil chegaram a ser oferecidos por mais de R\$ 100 mil mensais. Destacou que o aumento em Belém (PA) chegou a 900% a 1.000%, muito acima dos percentuais observados em eventos internacionais anteriores, como COP 26 e COP 28. Alertou que a situação já provocou cancelamentos de delegações, universidades e ONGs, prejudicando a representatividade e a diversidade de vozes na conferência. Reforçou a necessidade de soluções para garantir a participação global e fortalecer o protagonismo do Brasil na pauta ambiental.

A SRA. FERNANDA PESSOA (Bloco/UNIÃO - CE. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu subo a esta tribuna para tratar de um assunto que preocupa o Brasil e repercute internacionalmente: os preços abusivos da



logística para a COP 30, em Belém do Pará.

Todos sabemos da importância estratégica e simbólica dessa conferência. Pela primeira vez, a Amazônia receberá o maior encontro mundial sobre o clima. É a nossa oportunidade de mostrar compromisso com o meio ambiente, com a ciência e com a cooperação internacional. Mas, infelizmente, o que deveria ser motivo de orgulho está sendo manchado por práticas que beiram o absurdo. Em Belém, hospedagens simples, que, fora do período da COP, custam em média de 300 a 400 reais a diária, estão sendo anunciadas por mais de 4 mil reais. Casas e apartamentos que valem no mercado 150 mil reais a 200 mil reais estão sendo anunciados para aluguel temporário durante o evento por valores superiores a 100 mil reais por mês. É um verdadeiro disparate!

Para efeito de comparação, na COP 26, na Escócia, o aumento médio do valor da hospedagem foi cerca de 200% em relação aos meses normais. Na COP 28, em Dubai, que é uma das cidades mais caras do mundo, o acréscimo não passou de 150%. Já em Belém, estamos vendo um salto de 900% a 1.000% em alguns casos.

Esse cenário já provoca impactos concretos. Delegações estrangeiras, universidades e organizações não governamentais estão cancelando presença por inviabilidade financeira. Isso significa menos representatividade, menos diversidade de vozes e menos troca de conhecimento. Durante décadas, o eixo Rio-São Paulo recebeu os maiores eventos internacionais do nosso País. Daí, um evento dessa magnitude acontece no Norte do nosso País, e nos deparamos com situações que necessitam, sim, de explicações para comunidades de todo o mundo, devido aos excessos praticados.

Eu vi recentemente o desabafo contundente do Ministro do Turismo, Celso Sabino, e sei pessoalmente do seu empenho não só em defender o seu Estado do Pará, assim como eu defendo o meu Estado do Ceará, mas também em achar soluções para que todas as delegações do mundo possam se fazer presentes no maior evento diplomático do Brasil.

Essa é a grande chance de reafirmarmos o nosso compromisso com o protagonismo da pauta ambiental global.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

Documento 9/25

149.2025

Sessão Ordinária - CD

13/08/2025-17:52

Publ.: DCD - 14/08/2025

- Rodrigo da Zaeli-PL-MT

113

BREVES

BREVES



Sumário

O Deputado criticou o PT, acusando o partido de propagar mentiras sobre tributos e tarifas internacionais, como a taxação dos Estados Unidos ao Brasil. Apontou que o PT poderia ter reduzido ou eliminado diversos tributos internos, mas apenas aumentou impostos, como PIS/Cofins, IPI de produtos industrializados e IOF. Acusou o Governo de agir como um “anão diplomático” por não negociar com Trump e afirmou que a esquerda usa essas situações para discurso político. Também criticou a COP 30, alegando que os recursos poderiam ser investidos em educação e saúde, em vez de criar obstáculos para o setor produtivo e o agronegócio.

O SR. RODRIGO DA ZAELI (Bloco/PL - MT. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente Icaro de Valmir.

Ainda bem que eu tenho dois ouvidos que funcionam bem, porque escutar mentira do PT o dia inteiro não é fácil, não.

Agora, eles só falam dos tributos em que eles não podem mexer. A tarifa que os Estados Unidos estão colocando para o Brasil, outros países também receberam. Pelo discurso do PT, parece que só o Brasil foi taxado, e a pedido de um Deputado. Vejam que mentira, que arrogância! Eles acham que o brasileiro hoje não tem Internet em casa e não sabe pesquisar no Google.

Eu quero só lembrar aos petistas as tarifas que eles poderiam diminuir — estas eles poderiam diminuir. É só pesquisar, e vão achar rapidamente 25 tributos ou tarifas que eles subiram ou criaram. Eu vou citar algumas, porque o meu tempo aqui não é suficiente. Aumento do PIS/Cofins em 2023. Esse eles poderiam diminuir. A taxação das *offshores*. Esse eles poderiam diminuir. O IPI de produtos industrializados, como armas, cartuchos e munições, saiu de 29% para 55%! Esse eles poderiam diminuir. A cobrança integral do PIS/Cofins dos combustíveis. Esse eles poderiam diminuir. A taxa das blusinhas. Esse eles não precisariam nem ter criado, mas criaram. O IOF de 5% em cima dos aportes de seguros de vida. Esse eles poderiam diminuir. Há ainda a proposta recente de aumento do IOF, que aqui não conseguiram aprovar e foram judicializar.

Então, isso é falácia ou narrativa, é o discurso de esquerda, e eles não têm mais o que falar, não têm o que propor de bom para o País. Só aumentam impostos, só criam tributos e ficam discursando sobre um tributo que os Estados Unidos já anunciaram.

Esse anão diplomático que nós temos hoje na Presidência nem sequer fez questão de tentar negociar, porque é bom para o discurso da Esquerda. Eles não têm o que falar. Já pensaram se o Trump resolve voltar ao normal? Eles vão falar o que nesta Casa? Vão voltar a falar do Bolsonaro, porque, de dez



discursos aqui, onze deles têm o Bolsonaro. É uma paixão pelo Bolsonaro!

Para finalizar a minha fala, quero dizer que a COP 30 será mais uma vergonha para o nosso País. Em vez de empregarem um recurso que poderia estar sendo investido na educação e na saúde, estão promovendo um evento que só vai colocar mais agenda ambiental no nosso País, mais dificuldade para quem quer produzir, mais empecilho para o nosso agro. Esse recurso poderia estar sendo investido para gerar emprego e renda, e não para bater lata para ambientalista.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 10/25

150.2025 Sessão Ordinária - CD 14/08/2025-10:12

Publ.: DCD - 15/08/2025 - Henderson Pinto-MDB -PA
33

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado defendeu a realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 30) na Amazônia, destacando que o evento permitirá mostrar ao mundo a realidade da floresta e a vida dos 27,8 milhões de brasileiros que nela habitam. Ressaltou que Belém (PA) está sendo preparada com obras definitivas, ao contrário das estruturas temporárias da Copa do Mundo, e conclamou o Parlamento a apoiar investimentos na região. Além disso, enfatizou que o Brasil possui capacidade única de conciliar preservação e produção, com 80% das áreas do Pará intactas. Adicionalmente, criticou a falta de infraestrutura, citando a precariedade da Transamazônica e o alto custo das passagens aéreas. Por fim, celebrou a carta dos Governadores em defesa da COP 30 e afirmou que o Brasil deve investir mais na Amazônia para garantir justiça e equidade nacionais.

O SR. HENDERSON PINTO (Bloco/MDB - PA. Sem revisão do orador.) - Presidente Helder Salomão, Sras. e Srs. Deputados, venho hoje fazer a defesa da realização da COP 30 na Amazônia brasileira.

Eu vejo, muitas vezes, pessoas se posicionarem de forma contrária a isso, o que me preocupa, porque, pela primeira vez, teremos a oportunidade de mostrar ao mundo o que realmente é a Amazônia, o que realmente é o Brasil. Todo mundo tem o sonho de ir a uma COP em Dubai, que tem uma estrutura extraordinária. Mas muitos estão reclamando de ir a uma COP na Amazônia, porque é preciso ver a realidade, é preciso ver a floresta, é preciso ver como vivem 27,8 milhões



de brasileiros.

Que história é essa? Já sofremos uma discriminação histórica no Norte do País pelo Estado brasileiro ao longo do tempo.

A preparação, com investimentos importantes que estão acontecendo, é algo inédito. Na Copa do Mundo no Brasil, criaram-se muitas estruturas que, depois, se tornaram elefantes brancos. Belém está sendo preparada com obras definitivas. Nós sabemos que grande parte da estrutura que deve ser montada para receber a COP 30 não teria utilidade depois do evento. Então, Belém foi pensada para se preparar tanto para o período da COP, um momento histórico, como para manter, sim, estruturas importantes para o desenvolvimento da nossa região.

Eu quero fazer uma conclave para que a COP na Amazônia seja diferente de todas. Por quê, colegas? O setor produtivo, por exemplo, terá a oportunidade de discutir, nos devidos painéis, o fato de que o Brasil talvez seja o único país do mundo capaz de manter a floresta em pé e garantir área produtiva. Só no meu Estado, o Pará, são 124 milhões de hectares com quase 80% de áreas intactas, preservadas, conservadas. Nós temos um setor produtivo que precisa desse apoio. Vamos ter a oportunidade de mostrar para o mundo que nós não precisamos viver em conflito e que nós temos terras suficientes para os nossos irmãos indígenas, para os quilombolas, para os ribeirinhos, para as populações tradicionais e para quem quer produzir. Há terra para todo mundo. Às vezes, ficamos no discurso ideológico entre Esquerda e Direita, que não ajuda o País e não ajuda a Amazônia.

Eu quero pedir o apoio do Parlamento para cobrar do Estado brasileiro, cada vez mais, investimentos na Amazônia. E cito um exemplo. A Transamazônica, a quarta rodovia federal do País em extensão, é a que menos tem pavimento asfáltico. Falta investimento do Estado brasileiro. São mais de 800 quilômetros sem pavimento só no meu Estado, o Pará.

O que precisamos é exatamente de investimentos. A nossa região sofre com o alto preço das passagens aéreas, e a gente luta, luta, e não consegue baixar o valor. As pessoas não vêm para Brasília, muitas vezes, porque uma passagem custa 6 mil reais, 8 mil reais. É em torno dessa luta que a gente precisa se unir para resolver os problemas da Amazônia.

Se não se tornar protagonista dessa história, quem está lá fora — sem o compromisso que nós temos com a Nação, com a nossa fauna, com a nossa flora e, principalmente, com o homem que vive na floresta — fará isso.

Aqui fica o meu pedido a esta Casa: que vejamos a COP como a oportunidade única de trazer quem está lá fora, quem não conhece a nossa realidade, para conhecê-la. Precisamos de infraestrutura, de saneamento, porque nós, sozinhos, que moramos na Amazônia, mesmo com todo o esforço dos Governos, Estados e Municípios daquela região, não daremos conta. As nossas distâncias são

maiores.

Que o Brasil faça justiça com o fator amazônico de manter a equidade no País, destinando mais investimentos para lá. Embora sejamos menos brasileiros do que o restante do País, somos muito mais distantes uns dos outros. Os custos das obras são maiores, os custos com educação são maiores, os custos com saúde são maiores, e eu não vejo alguém trabalhar em âmbito de Brasil para corrigir isso. Então, se nós queremos um Brasil justo, igualitário e, principalmente, com equidade, é preciso investir na Amazônia, mudar essa estratégia.

Sr. Presidente, fica o meu agradecimento e a minha homenagem aos Governadores que se reuniram ontem para fazer uma carta em defesa da COP 30 e mostrar ao mundo que o Brasil é capaz de preservar a floresta, mas manter seus processos produtivos e fortalecê-los cada vez mais, para que todos tenham o direito de verdadeiramente ser protagonistas na Amazônia e no Brasil.

Viva o Brasil! Viva a Amazônia! Viva o Pará!

Vamos para a COP, porque devemos mostrar que ela é importante para todos nós!

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que divulgue o meu discurso nos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

Documento 11/25

150.2025 Sessão Ordinária - CD 14/08/2025-10:16
Publ.: DCD - 15/08/2025 - 35 Paulo Lemos-PSOL -AP
BREVES COMUNICAÇÕES PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

O Deputado defendeu a realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 30) em Belém (PA), criticando a postura de Parlamentar paraense contrário ao evento. Ademais, relatou ser amapaense por representação, mas paraense de nascimento, e afirmou ser inadmissível rejeitar a oportunidade que a conferência representa. Além disso, ressaltou que eventuais problemas na execução das obras devem ser fiscalizados pelos órgãos competentes e não usados como justificativa para inviabilizar a iniciativa. Por fim, destacou que Estados amazônicos possuem florestas preservadas e citou o Amapá como exemplo de que é possível manter e ampliar a produção sem desmatamento.



O SR. PAULO LEMOS (Bloco/PSOL - AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Deputado Ivan Valente.

Deputado Henderson, eu vou fazer uso da palavra aqui só para reforçar a fala de V.Exa.

Foi triste ver aqui, na terça-feira, um Deputado paraense sendo contra a realização da COP em Belém. Eu sou do Amapá, mas sou paraense de nascimento, da cidade Baião, no interior, e é impossível você ser contra o evento com as oportunidades que estão surgindo ali.

Se temos problemas com a execução de obras, há órgãos de controle para fiscalizá-las. Mas, não, querem puxar para trás e perder uma oportunidade ímpar. E os Estados que vão discutir a questão climática têm as florestas preservadas. O Amapá é um exemplo. Não precisamos derrubar mais nada para manter a produção no nível em que estamos e, inclusive, crescer.

Muito obrigado.

Documento 12/25

153.2025	Sessão Ordinária - CD	19/08/2025-22:12
Publ.: DCD - 20/08/2025 - 216	Henderson Pinto-MDB -PA	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado defendeu o Estado do Pará durante debate sobre a realização da COP 30. Nesse sentido, criticou discursos que distorceram a realidade local e ressaltou que o Governador Helder Barbalho assumiu apenas em 2019, período em que o Estado voltou a registrar crescimento. Ademais, destacou investimentos históricos em pavimentação de rodovias, obras municipais e saúde, afirmando que os resultados podem ser comprovados com dados oficiais. Acrescentou que a oposição ao Governador é legítima, mas não reconhecer os avanços seria ignorar a realidade.

O SR. HENDERSON PINTO (Bloco/MDB - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, quero orientar e, ao mesmo tempo, fazer uma correção quanto a muitas falas que aconteceram aqui.

O Pará, que vai receber a COP, infelizmente continua sendo discriminado pelo País depois de mais de 500 anos. Quero só lembrar aos colegas que o Governador Helder assumiu em 2019. Ele não está no cargo há dezenas de anos, como alguns disseram aqui. Quando o Governador Helder foi eleito, o



Estado voltou a crescer.

Eu desafio aqui os colegas que se guiam por narrativas: visitem o Pará e saibam quantos quilômetros de pavimentos foram feitos em todos os Municípios do Estado, quantas rodovias estaduais foram pavimentadas, quanto foi investido em saúde. Os números que o Governo do Pará tem para apresentar são históricos. Eu faço esse desafio.

Alguém pode não gostar do Governador, pode fazer oposição, mas não reconhecer o trabalho que o Governador tem realizado ao longo desses 7 anos, com certeza, é fechar os olhos para a realidade.

Defendo o meu Pará...

(Desligamento do microfone.)

Documento 13/25

153.2025	Sessão Ordinária - CD	19/08/2025-22:16
Publ.: DCD - 20/08/2025 - 217	Pompeo de Mattos-PDT -RS	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou a importância do Brasil sediar a COP 30 e se tornar vitrine mundial no debate climático. Lamentou, porém, a polarização política que marcou as discussões, observando que projetos acabam sendo julgados pela autoria, seja de Lula ou de Bolsonaro, em vez de seu conteúdo. Ressaltou que essa postura contaminava relações pessoais e reduzia a qualidade do debate no Parlamento, comprometendo a oportunidade de avançar em temas de interesse nacional.

O SR. POMPEO DE MATTOS (Bloco/PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, nós estamos votando a matéria sobre a convenção-quadro que trata da COP 30, a Conferência do Clima, que envolve, no caso, o Brasil e a ONU. É algo positivo para o Brasil, que vai virar a grande vitrine do debate sobre o clima no mundo. E o Brasil precisa desse debate.

Agora, o que eu lamento, Presidente, é que, até neste debate sobre o clima, vemos aqui o drama de esquerda e direita, Lula e Bolsonaro. É como se o projeto, sendo de Lula, não importa o que se diga, é ruim, porque não se vota o projeto, vota-se o autor. E vale o mesmo para Bolsonaro. Se é de Bolsonaro, não importa, o conteúdo não vale. Isso promove contaminação, estabelece tábua rasa, contamina os irmãos, os amigos, as famílias. Assim vamos diminuindo o debate, perdendo a chance de fazer um bom debate, um bom



embate, um bom combate.

Essa coisa de direita e esquerda, de Lula e Bolsonaro está cansando, está pegando mal, Presidente.

Documento 14/25

153.2025

Publ.: DCD - 20/08/2025 - 218

Sessão Ordinária - CD 19/08/2025-22:16

Túlio Gadêlha-REDE -PE

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 615, de 2025, que aprova o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, do Protocolo de Quioto e do Acordo de Paris sobre a Trigésima Sessão da Conferência das Partes na Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a Vigésima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Protocolo de Quioto, a Sétima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Acordo de Paris, das Sessões dos Órgãos Subsidiários e Outras Reuniões da UNFCCC, também chamado de Acordo de Sede da COP30, assinado em Bonn, Alemanha, em 20 de junho de 2025. Ademais, contestou a Oposição e defendeu a política externa do Presidente Lula, elogiando sua atuação na cúpula dos Agrupamento Brasil-Rússia-Índia-China-África do Sul (BRICS), no Grupo dos Vinte (G20) e na COP30.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (Bloco/REDE - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, a Federação PSOL REDE orienta "sim", mas também destaca a nossa perplexidade com algumas falas de colegas da Oposição, que dizem que é um absurdo esta COP.

Presidente, o Brasil realizou eventos internacionais importantíssimos nesta gestão do Presidente Lula, não só a COP, mas também a Cúpula dos BRICS; não só a Cúpula do BRICS, mas também o G20. Esses eventos trazem investimentos para o nosso País, porque as pessoas que chegam de fora deixam dinheiro aqui. O Deputado disse que vamos gastar 400 milhões, mas é importante dizer que vão ficar no País mais de 800 milhões, só das pessoas que virão para cá. E vou além. O Brasil conseguiu mais de 1 bilhão para o Fundo Amazônia, 1,7 bilhão, e, para o Fundo Clima, 18 bilhões em 3 anos.

Presidente, o Governo do Presidente Lula tem sido um sucesso, junto com a Ministra Marina Silva. E essa brincadeira de "Marina Cinzas" que o Deputado



faz aqui...

(Desligamento do microfone.)

Documento 15/25

153.2025	Sessão Ordinária - CD	19/08/2025-22:20
Publ.: DCD - 20/08/2025 - 219	General Girão-PL -RN	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 615, de 2025, que aprova o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, do Protocolo de Quioto e do Acordo de Paris sobre a Trigésima Sessão da Conferência das Partes na Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a Vigésima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Protocolo de Quioto, a Sétima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Acordo de Paris, das Sessões dos Órgãos Subsidiários e Outras Reuniões da UNFCCC, também chamado de Acordo de Sede da COP30, assinado em Bonn, Alemanha, em 20 de junho de 2025. Ademais, lamentou a realização da COP 30 no Brasil, afirmando que o País arcará com custos elevados para atender às exigências da Organização das Nações Unidas (ONU). Além disso, relatou sua experiência na Rio 92, quando servia como major, criticando a decisão do então Presidente Fernando Collor de Mello de entregar a área ianomâmi ao “mecanismo internacional”, o que considerou um ataque à soberania. Por fim, recordou sua atuação como Secretário de Segurança Pública do Rio Grande do Norte durante a Copa de 2014, apontando abusos da Federação Internacional de Futebol (FIFA).

O SR. GENERAL GIRÃO (Bloco/PL - RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós lamentamos, mais uma vez, que isso esteja sendo colocado desse jeito, principalmente pelo fato de o Brasil vir a sediar a COP 30. Eu gostaria de fazer das palavras do Deputado Luiz Lima as minhas.

À época da Rio 92, ele tinha só 14 anos, eu já era um major. Trabalhei na Rio 92. Por causa dela, Fernando Collor de Mello entregou a área ianomâmi para o mecanismo internacional, um grande desserviço e um ataque à soberania brasileira. Até hoje pagamos caro por isso.

À época da Copa do Mundo de 2014, eu era Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Norte. A Fifa chegou e, simplesmente, fez a festa, como a Organização das Nações Unidas está fazendo agora, porque Lula



concordou em pagar cerca de 45 milhões de reais para a ONU, além de sustentar hospedagem, sustentar todas as instalações da COP 30. Um absurdo!

Documento 16/25

153.2025	Sessão Ordinária - CD	19/08/2025-22:20
Publ.: DCD - 20/08/2025 - 219	Delegado Caveira-PL -PA	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 615, de 2025, que aprova o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, do Protocolo de Quioto e do Acordo de Paris sobre a Trigésima Sessão da Conferência das Partes na Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a Vigésima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Protocolo de Quioto, a Sétima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Acordo de Paris, das Sessões dos Órgãos Subsidiários e Outras Reuniões da UNFCCC, também chamado de Acordo de Sede da COP30, assinado em Bonn, Alemanha, em 20 de junho de 2025. Ademais, afirmou que se considera de ultradireita e apontou denúncias de superfaturamento e corrupção na organização da COP30. Por fim, criticou a gestão do Governador do Pará, Helder Barbalho.

O SR. DELEGADO CAVEIRA (Bloco/PL - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Oposição, Sr. Presidente, orienta "não".

O pessoal desse lado fica falando em extrema direita. Olhe, eu sou de ultradireita. Eu quero que esse pessoal aí fique distante de mim — eles ficam lá no Japão, e eu fico no Brasil. Eles não servem para nada, não têm um raciocínio, só falam sobre o que não sabem. Inclusive, estão falando da COP 30. Olhem, não está passando de contrato superfaturado, muita corrupção, denúncias atrás de denúncias. A Polícia Federal está pedindo reforços porque não aguenta mais tantas denúncias de superfaturamento.

O Deputado que me antecedeu disse que o Governador está fazendo isso ou aquilo, mas não disse que ele fez mais de 20 bilhões em empréstimos. Simão Jatene, o Governador anterior, entregou vários hospitais, e este Governador está entregando oito pontos de pedágio para o povo. Esse é o presente que Helder Barbalho está dando.



153.2025

Sessão Ordinária - 19/08/2025-22:28
CD

Publ.: DCD - 20/08/2025 -
222

Cabo Gilberto Silva-PL -PB

ORDEM DO DIA

ENCAMINHAMENTO
VOTAÇÃO
DISCURSO

DE

Sumário

O Deputado elogiou a condução da sessão pelo Presidente e afirmou que a Oposição, composta pelo Partido Liberal (PL) e pelo Partido Novo, cumpre os acordos firmados, diferentemente do Governo Lula, que engana o povo. Criticou a aprovação da realização da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP30) em Belém (PA), do aumento orçamentário para o Poder Judiciário e da criação de cargos no Supremo Tribunal Federal (STF), acusando o Congresso de conceder “cheque em branco” à Corte. Ademais, condenou o chamado “judicialismo de coalizão”, relatando que a decisão de proteger o Ministro sancionado internacionalmente resultou em perdas de 42 bilhões de reais para o sistema financeiro. Por fim, alertou que descumprir a Lei Magnitsky prejudicará todo o povo brasileiro.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (Bloco/PL - PB. Sem revisão do orador.) - Muito bem, Sr. Presidente, V.Exa. está cumprindo integralmente o Regimento. Não tem negócio de hora aqui, não. Vamos trabalhar até amanhecer o dia. E V.Exa. estava pedindo que trabalhássemos até amanhecer o dia.

Quero deixar claro, Sr. Presidente, que nós do PL, da Oposição, composta pelo Partido Novo, pelo PL, cumprimos acordos. Esta é uma prova de que nós cumpliremos o acordo, Sr. Presidente: quando o Deputado Jordy levantou a mão, ele não sabia do acordo, mas, quando ele soube do acordo, ficou quieto imediatamente, porque temos palavra, diferentemente do Governo Lula, que fala uma coisa de manhã, escreve outra à tarde e faz outra à noite.

Para deixar claro aqui o nosso posicionamento, Sr. Presidente, quero dizer que o Brasil de hoje vive uma situação difícil. O Governo Lula, com os seus projetos, vem mentindo e enganando o povo. E o Congresso Nacional, infelizmente, erra muitas vezes. Hoje errou várias vezes, no caso da COP 30, no do aumento do Poder Judiciário, que rasga a Constituição diversas vezes, em especial o STF, que aprovou 1 bilhão de reais para o seu orçamento do próximo ano. Espero que o Congresso Nacional não dê mais esse cheque em branco para a Suprema Corte, porque já aprovamos quase duzentos cargos para o Supremo Tribunal Federal. Isso é muito grave.

Eu não poderia deixar de lembrar, Sr. Presidente, decisão do líder do Governo lá no Supremo Tribunal Federal — todos nós sabemos que Lula governa através de um judicialismo de coalizão. Ao tomar uma decisão para proteger o



Ministro sancionado internacionalmente por violar direitos humanos, quebrou os bancos. Praticamente em 1 dia só, os bancos perderam quase 42 bilhões de reais. Eu imagino como estão agora, Srs. Parlamentares, os banqueiros, aqueles que acreditaram no pacto pela democracia, aqueles que fizeram o "L". Perderam quase 42 bilhões de reais, Sr. Presidente. Essa é a realidade do Governo Lula. E hoje o Ministro disse: "*Não, vocês entenderam errado a minha decisão*". E a outra diz: "*Não, temos que cumprir a decisão do Brasil, a legislação do Brasil. Trata-se de soberania*".

Ora, Sr. Presidente, o nosso sistema financeiro está interligado com o mundo, através de negociações. Isso é o básico da economia. Não é preciso ser formado para saber disso. Se o Brasil deixar de cumprir as decisões referentes à Lei Magnitsky, que é uma lei global, vai prejudicar todo o povo brasileiro.

É por isto que estamos aqui lutando fielmente, para que todos os brasileiros saibam o que está acontecendo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 18/25

153.2025	Sessão Ordinária - CD	19/08/2025-22:32
Publ.: DCD - 20/08/2025 - 224	Talíria Petrone-PSOL -RJ	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

A Deputada afirmou que, se fosse proposta uma “carteirinha anti-Brasil e antipovo”, a Oposição a aprovaria. Ademais, criticou o posicionamento contrário à realização da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP30) no Brasil em meio à emergência climática que afeta sobretudo as periferias. Além disso, condenou a ação da Oposição no exterior contra a soberania nacional, a economia e o Poder Judiciário. Ressaltou ainda ser professora da rede pública e conhecer as dificuldades da sala de aula, lamentando que a Oposição seja contra o Projeto de Lei nº 41, de 2025, que autoriza a criação da Carteira Nacional de Docente no Brasil (CNDB). Condenou também o Governo anterior pelo legado de 33 milhões de famintos e pela insegurança alimentar de metade da população. Por fim, previu nova derrota eleitoral da Direita em 2026.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (Bloco/PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, se apresentarmos aqui um projeto sobre uma carteirinha anti-Brasil e antipovo, pode ser que eles aprovem, porque vão ter uma carteirinha para eles mesmos.



Eles são contra estruturarmos a COP no Brasil, num cenário de emergência climática, que atinge, nas cidades, nas periferias, o povo brasileiro. Eles se articulam no estrangeiro para atacar a soberania nacional, impactar a nossa economia, atacar o nosso Judiciário. Eles são contra que os professores tenham uma carteirinha.

Eu sou professora do chão de escola pública. Quem está na sala de aula sabe quais são os desafios de se lecionar no nosso País. Eles são contra tudo o que faz o Brasil avançar. E, quando governaram, deixaram 33 milhões de famintos, deixaram metade da população com algum grau de insegurança alimentar.

Preparem-se. No próximo ano, vão perder de novo, porque o povo brasileiro não é bobo. E ganhem a carteirinha de vocês!

Documento 19/25

153.2025	Sessão Ordinária - CD	19/08/2025-22:36
Publ.: DCD - 20/08/2025 - 226	Reimont-PT -RJ	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 41, de 2025, que autoriza a criação da Carteira Nacional de Docente no Brasil (CNDB). Ademais, repudiou os Parlamentares que apoiam o Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e que se posicionaram contrariamente aos professores e à realização da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP30) no Brasil. Por fim, condenou os Deputados do Pará que criticaram o próprio Estado.

O SR. REIMONT (Bloco/PT - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Governo orienta "não" à retirada de pauta, Presidente.

Fico feliz que os últimos dois Deputados também tenham orientado "não" à retirada. Bacana.

A carteirinha anti-Brasil, que a Deputada Talíria sugeriu, de fato existe. Ela é vermelha mesmo. Ela tem o vermelho dos Republicanos norte-americanos e tem direitos. Os Deputados que a usam têm direito até a um bronzeamento laranja com o Donald Trump, têm a carinha do Trump, aquele topete bacana, que vocês adoram, que vocês amam, porque, na verdade, vocês têm lutado contra o Brasil, hoje contra as crianças, hoje contra os professores, hoje contra a COP.

Eu fico alarmado ao ver como alguns Deputados do Pará — eu vou falar

"alguns" porque um Deputado brilhante do MDB defendeu a COP — falaram mal do Pará hoje.

Alô, pessoal do Pará! Pegue aqui a...

(Desligamento do microfone.)

Documento 20/25

156.2025 Sessão Ordinária - CD 21/08/2025-11:56
Publ.: DCD - 22/08/2025 - Renilce Nicodemos-MDB -PA
40

BREVES	BREVES
COMUNICAÇÕES	COMUNICAÇÕES
	DISCURSO

Sumário

A Deputada contestou críticas dirigidas ao Pará, que qualificou como preconceituosas e desatualizadas, e afirmou que o Estado vive um momento de transformações sob a gestão do Governador Helder Barbalho e da Vice-Governadora Hana. Enalteceu obras de infraestrutura e urbanização em Belém (PA) voltadas à Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP30), como parques urbanos, museus na área portuária e macrodrenagem de canais. Apresentou dados do Trata Brasil que registram aumento expressivo no tratamento de esgoto e no consumo de água entre 2022 e 2025. Elogiou ainda o programa Capacita COP 30, que já formou cerca de 22 mil profissionais. Por fim, ressaltou os avanços sociais e estruturais do Estado, celebrando o protagonismo do Pará e convidando o Deputado crítico a acompanhar um dia de trabalho do Governador.

A SRA. RENILCE NICODEMOS (Bloco/MDB - PA. Sem revisão da oradora.) - Minhas senhoras, meus senhores, nobres colegas da Câmara, hoje venho a esta tribuna com a convicção e a força da mulher paraense para contrariar, com fatos, aquilo que um Deputado afirmou nesta Casa, tentando diminuir o Pará e os paraenses, com afirmações levianas que não correspondem à realidade. E, por um profundo amor ao Pará, que carrego no peito, por respeito ao povo ordeiro e hospitaleiro do nosso Estado, não poderia ficar calada diante de mais uma fala preconceituosa e inaceitável de quem mora no sul e quer, de qualquer maneira, passar a ideia de que a nossa Região Amazônica e o nosso querido Estado do Pará não prestam e são só problemas.

Alto lá, querido! Chega desse preconceito torpe descabido! Temos problemas, sim, da mesma forma como as cidades das regiões ditas mais ricas também têm, mas temos disposição e coragem e estamos enfrentando todos os desafios para vencer as dificuldades normais de um Estado amazônico, como o Pará, de



muitas riquezas naturais, de uma capital, Belém, considerada a Metrópole da Amazônia.

Estamos às vésperas da COP 30, e posso afirmar sem dúvida de que, com o empenho, a determinação e o trabalho incansável do nosso querido Governador Helder Barbalho e da nossa querida Vice-Governadora Hana, estamos transformando Belém em uma cidade melhor, com obras de infraestrutura e de urbanização capazes de proporcionar à nossa capital um salto de qualidade de vida para a população que lá reside.

Sras. e Srs. Parlamentares, nobres colegas, disse o Deputado que morou na Região Metropolitana de Belém quando criança e que via os problemas de perto. Dá para perceber que isso faz tempo. Digo isso, porque essa realidade mudou, mudou muito, e está mudando. Sugiro ao nobre colega que volte agora para ver com os próprios olhos as melhorias pelas quais o Estado está passando. Belém vive um verdadeiro canteiro de obras, no centro e principalmente nas periferias. Temos parques urbanos gigantes sendo inaugurados, museus na área portuária, assim como a macrodrenagem de canais que antes alagavam e agora recebem saneamento, urbanização e asfalto, melhorando assim consideravelmente a qualidade de vida de dezenas de milhares de moradores. Esse legado todo está ficando pronto para a COP 30 e será usufruído pela população da nossa linda e amada Belém.

Mostrarei números que contrariam a falácia dita aqui a respeito do meu querido Estado do Pará.

Disse o Deputado que o Pará é um Estado estagnado, marcado pela miséria e pelo abandono, principalmente no saneamento. Mas os dados mostram o contrário, e contra fatos não há argumento. Em 2022, o volume do esgoto tratado no Estado era de 872 mil e cresceu para 16,4 milhões em 2025, um crescimento médio de 18,8% ao ano. O consumo de água também disparou de 47,6 milhões para 267,4 milhões no mesmo período, um avanço equivalente a 10,7% ao ano. Esses dados não são meus, não os tirei da minha cabeça. São números do Trata Brasil.

Temos preocupação, também, na formação de mão de obra que possibilite empregos aos que mais precisam. O programa Capacita COP 30 foi lançado pelo Governo Helder Barbalho no primeiro semestre de 2024 e já formou cerca de 22 mil profissionais para o mercado de trabalho.

Esses números não são teoria vazia; são vidas sendo transformadas, é um gesto de esperança. Cada metro cúbico de esgoto tratado é uma criança que sorri, uma doença evitada e um fruto mais digno.

Senhoras e senhores, nobres colegas, não podemos permitir que a indignação se transforme em resignação. O Pará está mudando. Temos avanços concretos: mais água tratada, esgoto coletado e tratado, políticas estruturantes sendo implementadas. Não podemos nos curvar à narrativa do fracasso. Ela seria antipoética como água estagnada; mas o Pará, a minha terra, brota força sob o



solo difícil, e já jorra progresso. E é com essa água viva que anuncio que não aceito a estagnação. Celebro avanços em todos os níveis, dos mais cautelosos aos mais significativos e estruturantes.

Isso só está sendo possível com o apoio e a força do povo paraense — homens, mulheres, jovens, idosos e idosas que se unem em um só objetivo, para que, juntos, possamos ter um Pará cada vez mais forte e vibrante.

Que esta tribuna seja um convite à esperança ativa, à política honesta e à ação necessária! Minha voz reafirma: somos reféns do passado, somos arquitetos de um futuro possível, concreto, humano e justo.

Sr. Presidente, eu quero agradecer a oportunidade e dizer que convido esse jovem que diz que o Pará está estagnado para passar um dia, somente um dia de trabalho com o Governador Helder Barbalho. Creio eu que ele terá que passar muito sebo na canela para conseguir acompanhar o Governador Helder por todo o Pará. Helder é um Governador incansável, com grande responsabilidade com o nosso Estado e que levou a maior discussão do mundo para ser travada na sua casa, que é a Amazônia, que é o Pará.

Muito obrigada, Presidente. Gostaria que V.Exa. autorizasse a veiculação deste discurso em todos os meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigada.

Documento 21/25

166.2025

Sessão Ordinária - CD

27/08/2025-16:04

Publ.: DCD - 28/08/2025 -
91

Paulo Lemos-PSOL -AP

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou a 54ª Expofeira do Amapá, que começou em 30 de agosto e se estendeu até 7 de setembro, como o maior evento do Estado voltado à agricultura familiar, indústria, inovação e cultura. Informou que a feira ocupou 321 mil metros quadrados, reuniu 482 empresas e contou com investimentos de 45 milhões de reais, com expectativa de gerar até 14 mil empregos e movimentar cerca de 625 milhões de reais em negócios. Também reconheceu o apoio do Governo do Estado, do Senado e de parceiros privados, e ressaltou que a Expofeira reforçou a economia local, consolidou políticas públicas e promoveu desenvolvimento sustentável, emprego e renda, além de incluir a 1ª Expo Amazônia, voltada à bioeconomia e à preparação para a COP



30.

O SR. PAULO LEMOS (Bloco/PSOL - AP. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, colegas Deputadas e Deputados, neste sábado, dia 30 de agosto, começa o maior evento do Amapá, a Expofeira, que chega à sua 54ª edição, uma grande vitrine de negócio sustentável da Amazônia. Serão 9 dias, do dia 30 de agosto a 7 de setembro, conectando agricultura familiar, indústria, inovação e cultura e movimentando a nossa economia.

Quero reconhecer o trabalho do Governador Clécio Luís, que lidera a maior estrutura da história da feira. A 54ª Expofeira é organizada pelo Governo do Estado, com o apoio da iniciativa privada, do Presidente do Senado, Davi Alcolumbre. Registro também a importante parceria do Senador Randolfe Rodrigues. É sintonia real entre Governo, nossa bancada e este mandato.

Batemos cerca de 100 mil empregos formais no Amapá, segundo o novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados — Caged. Esta edição confirma a feira como centro de promoção de empregos do Estado. Neste ano, a Expofeira ocupa 321 mil metros quadrados, 46% a mais do que em 2024, reúne 482 empresas expositoras e conta com um investimento total de 45 milhões de reais entre aportes privados e patrocínios. A expectativa é gerar entre 12 mil e 14 mil postos de trabalho durante esse importante evento e movimentar entre 594 milhões e 625 milhões de reais em negócios. Isso alcança do pequeno ao grande, do campo, da cidade, com espaço para empreendedores, populares e para a inovação que projeta o Amapá no cenário nacional e internacional.

A população reconhece esse impacto. Em 2024, 90,9% dos entrevistados avaliaram a Expofeira como muito importante para a economia, e 92% apontaram o evento como mecanismo relevante de geração de emprego e renda.

Este é o terceiro ano consecutivo da retomada da Expofeira no Amapá, uma decisão política da gestão que se soma a políticas públicas e consolida o Amapá entre as economias que mais crescem no Brasil, impulsionando emprego, renda, desenvolvimento sustentável e dignidade para o nosso povo. Esta Expofeira chega para consolidar esse momento e empurrar a nossa economia ainda mais para frente.

A programação também será marcada pela 1ª Expo Amazônia, uma preparação do Estado do Pará para a COP 30, alinhando bioeconomia, ciência e tecnologia à produção regional.

Fica o convite a esta Casa e ao Brasil: venham conhecer a Expofeira do Amapá, fortalecer os nossos produtores, nossos artistas e nossos

empreendedores, por uma Amazônia sustentável e desenvolvida.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 22/25

166.2025 Sessão Ordinária - CD 27/08/2025-16:44
Publ.: DCD - 28/08/2025 - 104 Delegado Éder Mauro-PL -PA
BREVES COMUNICAÇÕES PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou a condução, pelo Governo do Estado do Pará, na preparação para a COP 30, apontando que, apesar dos repasses do BNDES (5 bilhões de reais) e do Governo Federal (100 milhões de reais), apenas 47 dos 198 países inicialmente previstos confirmaram presença. Ainda, mencionou que o evento, que era para trazer um legado para a cidade de Belém (PA), tem sido uma vergonha internacional. Por fim, destacou o caso de corrupção divulgado pela Folha de S. Paulo, que citou a detecção, pela Polícia Federal, do desvio de mais de 48 milhões de reais em um projeto de 633 milhões de reais.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (Bloco/PL - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é lamentável o que ocorre hoje no Estado do Pará com o advento da COP 30, evento internacional que deveria trazer grandes legados para a nossa cidade Belém, mas é uma vergonha internacional. Há 5 bilhões de reais dados pelo BNDES, e 100 milhões, pelo Governo Federal, entre outras rendas. Mas é impressionante: a falta de gestão do Governador do Estado está fazendo com que exista um esvaziamento total. Dos 198 países que iriam participar, apenas um quarto, 47 confirmaram presença. O esvaziamento será pior ainda.

E, pior, a *Folha de S.Paulo* tem divulgado um verdadeiro mar de corrupção com essa dinheirama toda. Só num projeto de 633 milhões, a Polícia Federal já detectou um desvio de mais de 48 milhões, sacados em boca de caixa. É o povo paraense sendo roubado por essa gestão...

(Desligamento do microfone.)

Documento 23/25

166.2025 Sessão Ordinária - CD 27/08/2025-18:08
Publ.: DCD - 28/08/2025 - 129 Delegado Éder Mauro-PL -PA
BREVES COMUNICAÇÕES PELA ORDEM



Sumário

O Deputado criticou o esvaziamento da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP30), que será realizada em Belém (PA), destacando que apenas um quarto dos países convidados confirmou presença. Denunciou possíveis desvios de recursos: segundo a Polícia Federal (PF) e reportagens, cerca de R\$ 50 milhões já teriam sido retirados de forma irregular de um projeto de R\$ 630 milhões, dentro de um montante maior de R\$ 5 bilhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e R\$ 100 bilhões do Governo Federal destinados ao evento. Por fim, afirmou que o legado esperado da COP 30 não chegará à população da Grande Belém, o que considera uma situação lamentável.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (Bloco/PL - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, é lamentável o esvaziamento que está acontecendo no grande evento que seria a COP 30, na nossa grande Belém. Dos 198 países que teriam que estar lá, apenas 40%, ou melhor, um quarto está confirmando presença na COP 30.

E o pior de tudo isso, Sr. Presidente, é que os mais de 5 bilhões encaminhados pelo BNDES e dos 100 bilhões encaminhados pelo Governo Federal estão indo pelo ralo.

A Polícia Federal e a *Folha de S. Paulo* têm mostrado que o Governo do Estado do Pará, políticos do Estado do Pará e empresas envolvidas com esses políticos estão desviando mais de 50 milhões de reais, de um projeto de 630 milhões de reais, com os valores retirados na boca do caixa!

O legado que deveria ser deixado pela COP 30 o povo da Grande Belém, infelizmente, não vai ver. Essa é uma situação lamentável para o Estado do Pará.

Documento 24/25

166.2025	Sessão Ordinária - CD	27/08/2025-18:20
Publ.: DCD - 28/08/2025 - 131	Delegado Caveira-PL -PA	
	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou a organização da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP30), em Belém (PA), chamando-a de “Flop 30” devido à baixa confirmação de países participantes (cerca de 50, frente a mais de 200 esperados). Além disso, apontou a falta de estrutura hoteleira e



acusou o Governo Helder Barbalho de promover um esquema de corrupção sistêmica, citando desvios de cerca de 5 milhões de reais sacados em espécie destinados ao evento.

O SR. DELEGADO CAVEIRA (Bloco/PL - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Estado do Pará está passando por uma calamidade com a "Flop 30". Antes, chamava-se COP 30; agora, está se revelando uma "Flop 30", haja vista que cerca de cinquenta países apenas confirmaram presença na conferência, sendo que são esperadas mais de duzentas delegações. Essa baixa confirmação de presença se deve à falta de condições adequadas para hospedagem, por escassez de leitos em hotéis, além da corrupção endêmica, sistêmica e generalizada do Governo Helder Barbalho.

Estão roubando o dinheiro da COP 30, no Estado do Pará. Já são aproximadamente 5 milhões de reais sacados na boca do caixa. Isso é um absurdo!

Documento 25/25

167.2025

Sessão Ordinária - CD 28/08/2025-09:00

Publ.: DCD - 29/08/2025 - 78 Roberto Duarte-REPUBLICANOS -AC

ENCERRAMENTO

DISCURSO ENCAMINHADO
DISCURSO

Sumário

O Deputado citou relatório da UNICEF e da OMS que revelou a exclusão de milhares de crianças e adolescentes do acesso à água canalizada no Norte, destacando índices alarmantes no Acre (12,7%), Amazonas (11,3%) e Pará (9,8%). Assinalou que a região possuía os piores indicadores de saúde do País, com baixa cobertura vacinal, escassez de médicos e expectativa de vida inferior à média nacional. Defendeu que o Governo Federal e o Ministério da Saúde liderassem uma cruzada pelo saneamento básico e pela saúde pública, com investimentos prioritários em água potável, esgotamento sanitário e um reajuste regionalizado da Tabela SUS, de modo a considerar os custos diferenciados da Amazônia. Por fim, afirmou que assegurar saneamento e saúde era questão de justiça social e mais urgente que debates internacionais, como a COP, para garantir dignidade às crianças e comunidades do Norte.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO ROBERTO DUARTE (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).



Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

venho hoje à tribuna para trazer à tona uma realidade gritante que clama por mudança, revelada pelo recente relatório da UNICEF e da OMS. No Acre, 12,7% das crianças e adolescentes vivem sem acesso à água canalizada, liderando um ranking nacional que inclui Amazonas e Pará, também no Norte, com 11,3% e 9,8%, respectivamente.

Esses números escancaram uma crise de saneamento básico que compromete a saúde pública em nossa região mais vulnerável, onde 9 em cada 10 pessoas dependem exclusivamente do SUS.

A situação é alarmante: a região Norte tem os piores índices de saúde do país, com baixa cobertura vacinal, apenas 1,73 médicos por mil habitantes – contra 3,76 no Sudeste – e uma expectativa de vida três anos menor que a média nacional. Essa desigualdade não pode persistir! Por isso, apelo ao Governo Federal, e em especial ao Ministério da Saúde, para que lidere uma cruzada nacional pelo saneamento básico e pela saúde pública, com foco nas regiões mais pobres, como o Norte.

É imprescindível, por exemplo, que o Ministério da Saúde promova, com urgência, o reajuste da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) do SUS, conhecida como Tabela SUS. Essa tabela, defasada há anos, deve incorporar valores variáveis que considerem as diferenças regionais do Brasil. O custo de operar um hospital na Amazônia, com desafios logísticos como transporte fluvial e infraestrutura precária, não pode ser equiparado ao de grandes centros urbanos.

Um reajuste regionalizado é essencial para garantir que os recursos cheguem onde são mais necessários, fortalecendo o atendimento em estados como Acre, Amazonas e Pará. Além disso, precisamos de investimentos massivos em água potável e esgotamento sanitário para prevenir doenças que lotam unidades de saúde e custam vidas.

Essas atitudes são uma questão de justiça. Garantir saneamento e saúde de qualidade é dar às crianças do Norte o direito de crescer com dignidade, livres de doenças evitáveis. É transformar a realidade de comunidades indígenas e ribeirinhas, que hoje enfrentam mortalidade infantil 3% acima da média nacional. Ministério da Saúde, Governo Federal, sociedade: unamo-nos para corrigir essas desigualdades! Com uma Tabela SUS reajustada, sensível às diferenças regionais, e investimentos em



saneamento, podemos construir um Norte mais saudável e um Brasil mais justo.

Senhoras e senhores, assegurar água limpa e saúde para nossas crianças é mais importante que qualquer evento internacional. Enquanto a COP debate o futuro do planeta, o Norte clama por ações concretas hoje, para que comunidades indígenas, ribeirinhas e urbanas não enfrentem mortalidade infantil 3% acima da média nacional.

Era o que tinha a dizer. Solicito que meu pronunciamento seja divulgado na *Voz do Brasil* e nos demais órgãos de comunicação desta Casa.
